

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XXIII
<i>Nota do Autor</i>	XXV
PARTE 1 – ESTUDO PRELIMINAR	1
CAPÍTULO 1 – NOÇÃO GERAL DE FAMÍLIA	3
1. Conceito de Família	3
2. A Família Greco-Romana	8
3. Novas Diretrizes	13
CAPÍTULO 2 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA	19
4. Conceito do Direito de Família	19
5. Exegese do Direito de Família e Futuras Criações	21
6. Fontes do Sub-Ramo	23
7. Objeto e Classificação	25
8. Natureza	26
9. Caracteres	29
9.1. Eiticidade	29
9.2. Permanência dos direitos-deveres	29
9.3. Prevalência do interesse familiar sobre o individual	30
9.4. A cogência das normas jurídicas	30
9.5. <i>Potestades familiares</i>	30
9.6. Finalidade tutelar	31
10. A Ultratividade do Código Civil de 1916	31
11. Estado de Família e Normas de Direito Internacional Privado	32
11.1. Estado de família	32
11.2. Normas de Direito Internacional Privado	33
12. Ações de Estado	34
PARTE 2 – DO DIREITO PESSOAL	35
CAPÍTULO 3 – TEORIA GERAL DO CASAMENTO	37
13. Conceito de Casamento	37
14. Importância Atual do Casamento	40
15. A Promessa de Casamento – Esponsais	41
15.1. Conceito e finalidade	41
15.2. Escorço histórico	42

15.3. Efeitos práticos da promessa.....	43
15.4. Direito comparado	45
16. Agências de Casamento	46
17. Natureza Jurídica	48
17.1. Apresentação do tema	48
17.2. Teoria do contrato	49
17.3. Teoria da instituição.....	50
17.4. Teoria eclética ou mista.....	51
17.5. Conclusão.....	51
18. Caracteres do Casamento.....	52
18.1. Considerações prévias.....	52
18.2. Caracteres do casamento-ato.....	53
18.2.1. Ato dos nubentes.....	53
18.2.2. Diversidade de sexos.....	53
18.2.3. Ato civil	54
18.2.4. Ato solene e público.....	54
18.2.5. União exclusiva.....	55
18.3. Características do casamento-estado ou fins do casamento.....	55
18.3.1. Comunhão de vida ou affectio maritalis	55
18.3.2. Criação da prole eventual.....	56
19. Finalidades	56
20. O Casamento Religioso.....	57
21. Efeitos Cíveis do Casamento Religioso.....	59
CAPÍTULO 4 – CAPACIDADE MATRIMONIAL.....	63
22. Considerações Prévias	63
23. Aptidão Mental e Física para o Casamento.....	66
24. Idade Núbil.....	66
25. Consentimento e Suprimento Judicial	68
26. Revogação do Consentimento.....	71
27. Exceções ao Limite da Idade Núbil	71
28. Casamento de Militares.....	73
CAPÍTULO 5 – IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS.....	75
29. Noção de Impedimento Matrimonial.....	75
30. Os Impedimentos Eugenésicos na Doutrina	78
31. Os Impedimentos no Código de 1916.....	79
32. Os Impedimentos no Código de 2002.....	79
32.1. Considerações prévias.....	79
32.2. Não podem casar os ascendentes com os descendentes.....	80
32.3. Os afins em linha reta.....	82
32.4. Vínculos de adoção	84
32.4.1. Adotante ou adotado com ex-cônjuge, respectivamente, do adotado ou adotante.....	84
32.4.2. Irmãos por adoção.....	84
32.5. Colaterais	85
32.5.1. Irmãos	85
32.5.2. Tios e sobrinhos	85
32.6. Pessoas casadas.....	86

32.7. <i>Impedimentum criminis</i>	88
33. Oposição	89
34. Impedimentos Extracódigo	92
CAPÍTULO 6 – CAUSAS SUSPENSIVAS	93
35. Conceito	93
36. Elenco das Causas Suspensivas	94
36.1. Viuvez e proteção aos herdeiros.....	94
36.2. Prazo internupcial	95
36.3. Exigência de partilha de bens no divórcio	96
36.4. Restrições advindas de tutela ou curatela	96
37. Oposição	97
CAPÍTULO 7 – PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO	99
38. Generalidades.....	99
39. Requisitos de Regularidade.....	100
39.1. Requerimento	100
39.2. Documentação.....	100
39.2.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente.....	101
39.2.2. Autorização por escrito ou certidão de suprimento judicial.....	102
39.2.3. Declaração de testemunhas	103
39.2.4. Declaração dos nubentes.....	103
39.2.5. Prova de dissolução de eventual casamento anterior.....	104
40. Tramitação.....	104
CAPÍTULO 8 – CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	111
41. Considerações Prévias	111
42. Celebração em Condições Normais	112
42.1. Tempo e espaço.....	112
42.2. Publicidade do ato.....	112
42.3. Presenças obrigatórias.....	113
42.4. Procuração <i>ad nuptias</i>	113
42.5. A celebração	115
42.6. Casamento coletivo.....	118
42.7. Registro do casamento	118
43. Casamento sob Moléstia Grave	120
44. Casamento Nuncupativo	122
CAPÍTULO 9 – PROVAS DO CASAMENTO	127
45. Generalidades.....	127
46. Certidão do Registro de Casamento.....	128
47. Casamento no Estrangeiro	131
48. Posse do Estado de Casados	133
49. Prova Judicial.....	135
CAPÍTULO 10 – CASAMENTO INEXISTENTE	137
50. Considerações Prévias	137
51. Inexistência de Casamento.....	138

CAPÍTULO 11 – CASAMENTO NULO.....	145
52. Generalidades.....	145
53. Nulidade de Casamento Religioso com Efeitos Cíveis.....	147
54. Nulidade no Direito Romano.....	148
55. Disposições do Código Civil.....	148
55.1. Nubente portador de enfermidade mental.....	148
55.2. Infringência de impedimento.....	149
56. Ação Declaratória e Legitimidade de Parte.....	150
57. Separação de Corpos.....	153
CAPÍTULO 12 – CASAMENTO ANULÁVEL.....	155
58. Considerações Prévias.....	155
59. Dolo.....	156
60. Defeito de Idade.....	156
61. Falta de Autorização do Representante Legal.....	157
62. Incapacidade para o Consentimento.....	158
63. Casamento por Procurador Destituído.....	158
64. Incompetência do Celebrante.....	159
65. Erro Essencial sobre a Pessoa do outro Cônjuge.....	160
65.1. Conceitos fundamentais.....	160
65.2. Identidade, honra e boa fama.....	162
65.3. Prática de crime anterior ao casamento.....	166
65.4. Condições físicas.....	167
65.4.1. Defeito físico irremediável.....	167
65.4.2. Moléstia grave e transmissível.....	170
65.4.3. Doença mental grave.....	170
65.4.4. Coação.....	171
66. Decadência do Direito de Anular.....	173
66.1. Do incapaz de consentir ou manifestar, inequivocamente, a sua vontade (artigos 1.550, IV, e 1.560, I).....	173
66.2. Nubente sem idade núbil (artigos 1.550, I, e 1.560, § 1º).....	173
66.3. Menor em idade núbil, não autorizado a casar-se (artigo 1.555).....	173
66.4. Incompetência da autoridade celebrante (artigos 1.550 e 1.560, II).....	173
66.5. Erro essencial nas modalidades do artigo 1.557, incisos I a IV (artigo 1.560, III).....	173
66.6. Coação (artigos 1.558 e 1.560, IV).....	173
66.7. Casamento por procurador desconstituído (artigos 1.550, V, e 1.560, § 2º).....	174
67. Inobservância de Causas Suspensivas.....	174
CAPÍTULO 13 – CASAMENTO PUTATIVO.....	175
68. Conceito.....	175
69. Origem.....	177
70. Efeitos Práticos.....	178
CAPÍTULO 14 – EFICÁCIA DO CASAMENTO.....	181
71. Considerações Prévias.....	181
72. Classificação dos Efeitos.....	183
72.1. Generalidades.....	183
72.2. Efeitos sociais.....	184

72.3. Efeitos pessoais.....	185
72.4. Efeitos patrimoniais.....	187
73. Administração da Sociedade Conjugal.....	190
74. Deveres de ambos os Cônjuges.....	191
74.1. Fidelidade recíproca.....	191
74.2. Vida em comum, no domicílio conjugal.....	195
74.3. Mútua assistência.....	196
74.4. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	197
74.5. Respeito e consideração mútuos.....	198
74.6. A violência no âmbito doméstico e a Lei Maria da Penha.....	199
75. Sociedade Empresarial entre os Cônjuges.....	200
76. Efeitos Sucessórios.....	201
CAPÍTULO 15 – SEPARAÇÃO POR MÚTUO CONSENTIMENTO.....	203
77. Sociedade e Vínculo Conjugal.....	203
78. Separação de Fato.....	205
79. Separação Formalizada por Mútuo Consentimento.....	208
79.1. Conceito e regras básicas.....	208
79.1.1. Separação consensual em juízo.....	209
79.1.2. Separação consensual em Cartório de Notas.....	212
79.2. Doações imobiliárias em separação consensual.....	214
80. Efeitos Jurídicos da Separação Judicial.....	216
CAPÍTULO 16 – SEPARAÇÃO LITIGIOSA.....	219
81. Considerações Prévias.....	219
82. Insuportabilidade da Vida Conjugal.....	220
82.1. Adultério.....	222
82.2. Tentativa de morte.....	223
82.3. Sevícia ou injúria grave.....	224
82.4. Abandono do lar conjugal.....	226
82.5. Condenação por crime infamante.....	227
82.6. Conduta desonrosa.....	227
82.7. Outras motivações.....	228
83. Cônjugue Culpado – Perda de Sobrenome.....	228
84. Culpa Recíproca.....	230
85. Ruptura da Vida em Comum.....	230
86. Doença Mental Grave e de Cura Improvável.....	231
87. Restabelecimento da Sociedade Conjugal.....	232
88. Responsabilidade Civil entre os Cônjuges.....	234
CAPÍTULO 17 – DIVÓRCIO.....	237
89. Generalidades.....	237
90. Balanço Axiológico.....	238
91. Escorço Histórico.....	239
92. A Polêmica no Brasil.....	241
93. Visão Geral do Instituto.....	243
94. O Divórcio e a Relação entre Pais e Filhos.....	244
95. Divórcio-Conversão.....	245

95.1. <i>Ad rubricam</i>	245
95.2. Conceito	245
95.3. Procedimento judicial	246
95.4. Procedimento notarial	247
96. Divórcio Direto	247
96.1. Requisitos	247
96.2. Por via judicial	248
96.3. Por via notarial	249
97. Princípios Comuns ao Divórcio-Conversão e Direto	249
98. Homologação de Sentença Estrangeira	251
CAPÍTULO 18 – PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS	253
99. Considerações Prévias	253
100. O Dever de Proteção aos Filhos na Separação e no Divórcio	254
100.1. Aspectos gerais	254
100.2. Guarda dos filhos nas dissoluções consensuais	255
100.3. Definição da guarda por ato do juiz	255
100.4. Guarda compartilhada ou conjunta	256
100.5. Situações especiais	258
101. O Dever de Proteção em outras Situações Jurídicas	258
CAPÍTULO 19 – PARENTESCO	263
102. Conceito	263
103. Paradigmas Constitucionais	264
104. Efeitos	265
105. Parentesco e Família	265
106. Classificação Retrógrada	267
107. <i>Agnatio e Cognatio</i>	267
108. Linha Reta e Contagem de Graus	268
109. Linha Colateral e Contagem de Graus	270
110. Parentesco Natural e Civil	271
110.1. <i>Ad rubricam</i>	271
110.2. Desbiologização do parentesco	272
111. Afinidade	274
CAPÍTULO 20 – FILIAÇÃO	277
112. Considerações Prévias	277
113. Igualdade de Direitos e Qualificações	278
114. Presunção de Paternidade	279
114.1. Critérios de paternidade	279
114.2. Fecundação natural	279
114.3. Fecundação artificial homóloga	281
114.4. Embriões excedentários	282
114.5. Inseminação artificial heteróloga	282
114.6. Carência de sistematização dos critérios de reprodução assistida	283
114.7. A interpretação do artigo 1.598 do Código Civil	284
115. Ação Negatória de Paternidade	285
115.1. <i>Ad rubricam</i>	285

115.2. Imprescritibilidade	286
115.3. Parte legítima na ação	287
115.4. Impotência do cônjuge	288
115.5. Adulterio da mulher	290
116. Prova de Filiação	291
117. Ação de Prova de Filiação	294
CAPÍTULO 21 – RECONHECIMENTO DOS FILHOS	295
118. Generalidades	295
119. Requisitos do Reconhecimento	298
119.1. Legitimidade	298
119.2. Formalidade	299
119.2.1. Registro Civil	299
119.2.2. Escritura pública ou particular	301
119.2.3. Testamento	301
119.2.4. Manifestação direta e expressa perante o juiz	302
119.3. Requisito objetivo	303
120. Efeitos Jurídicos	303
120.1. Advertência de Planiol	303
120.2. Irrevogabilidade do reconhecimento	304
120.3. Impugnação ao reconhecimento	304
120.4. Guarda de filho reconhecido	305
120.5. Validade <i>erga omnes</i>	305
121. Exceção à Presunção <i>Mater semper Certa Est</i>	306
122. Filiação e Casamento Nulo	307
123. Investigação de Paternidade ou Maternidade	307
123.1. <i>Ad rubricam</i>	307
123.2. Legitimação ativa	308
123.3. Legitimidade passiva	309
123.4. Fundamentos	310
123.5. Efeitos do reconhecimento coercitivo	313
124. Coisa Julgada e DNA	313
CAPÍTULO 22 – ADOÇÃO	317
125. Caráter Social e Humanitário	317
126. Instrumentos Legais	318
127. Conceito, Caracteres e Natureza Jurídica	320
127.1. Conceito	320
127.2. Importância	321
127.3. Caracteres	322
127.4. Natureza jurídica	323
128. Origem do Instituto	324
128.1. Considerações prévias	324
128.2. Grécia	324
128.3. Roma	325
129. Quem Pode Adotar	326
129.1. O valor-guia da adoção	326
129.2. Plena capacidade	327

129.3. Diferença de idade	328
129.4. Vedações do ECA.....	329
129.5. Tutor ou curador.....	330
129.6. Adoção por duas pessoas	330
129.7. Adoção por homossexuais	331
130. O Procedimento	333
130.1. Os registros	333
130.2. Estágio de convivência	334
130.3. Guarda provisória.....	334
130.4. Consentimento	335
131. Efeitos Jurídicos.....	336
131.1. Efeitos gerais.....	336
131.2. Efeitos trabalhistas e previdenciários.....	338
132. Adoção por Estrangeiro.....	338
CAPÍTULO 23 – PODER FAMILIAR.....	343
133. Conceito	343
134. Caracteres.....	347
135. Os Polos da Relação.....	348
136. Conteúdo do Poder Familiar	351
136.1. <i>Ad rubricam</i>	351
136.2. Criação e educação	352
136.3. Companhia e guarda	354
136.4. Autorização para casamento	355
136.5. Nomeação de tutor	355
136.6. Representação e assistência	356
136.7. Poder de busca e apreensão.....	357
136.8. Respeito, obediência e afazeres dos filhos	358
136.9. Patrimônio dos filhos	358
136.9.1. Usufruto	358
136.9.2. Administração	359
136.9.3. Exclusão do usufruto e da administração.....	359
137. Extinção do Poder Familiar	359
137.1. Extinção por fato natural.....	360
137.2. Extinção por ato voluntário.....	360
137.3. Extinção por sentença judicial	360
137.3.1. Castigos imoderados ao filho	361
137.3.2. Abandono de filho.....	362
137.3.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes.....	362
137.3.4. Reiteração em faltas causadoras de suspensão do poder familiar.....	363
138. Suspensão do Poder Familiar	363
PARTE 3 – DO DIREITO PATRIMONIAL	365
CAPÍTULO 24 – REGIME DE BENS NO CASAMENTO – NOÇÕES GERAIS.....	367
139. Direito Patrimonial.....	367
140. A <i>Disregard Doctrine</i> às Aversas no Direito de Família	369
141. Disposições Gerais sobre o Regime de Bens.....	370

141.1. Liberdade de escolha.....	371
141.2. Regime supletivo ou oficial	373
141.3. Casos de separação legal de bens.....	373
141.4. Mutabilidade justificada.....	376
141.5. Atos permitidos ao homem e à mulher	379
141.5.1. Atos inerentes ao exercício da profissão.....	379
141.5.2. Administrar os próprios bens	380
141.5.3. Desobrigar ou reivindicar imóveis.....	380
141.5.4. Doação, fiança e aval irregulares	380
141.5.5. Bens doados ou transferidos a concubino.....	381
141.5.6. Parte legítima para as ações judiciais.....	382
141.5.7. Direito regressivo.....	382
141.5.8. Despesas do lar	383
141.6. Obrigatoriedade de vênua conjugal ou do companheiro	383
141.6.1. Alienação ou gravame de imóveis	384
141.6.2. Parte em ação judicial sobre imóveis.....	385
141.6.3. Fiança ou aval	385
141.6.4. Doação não remuneratória	386
141.6.5. Suprimento judicial.....	386
141.6.6. Anulabilidade do ato negocial.....	387
141.7. Impossibilidade de administração de bens.....	387
CAPÍTULO 25 – PACTO ANTENUPCIAL	389
142. Conceito e Aspectos Gerais	389
143. Disposições Legais.....	393
143.1. Escritura pública	393
143.2. Pacto celebrado por menor.....	394
143.3. Cláusula contrária à norma cogente.....	394
143.4. Hipótese de livre disponibilidade de imóveis	395
143.5. Registro em livro especial.....	396
CAPÍTULO 26 – REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	397
144. Noção Geral	397
145. Bens Particulares.....	400
145.1. Patrimônio anterior ao casamento.....	400
145.2. Bens oriundos de doações e heranças	402
145.3. Bens adquiridos em sub-rogação	402
145.4. Obrigações anteriores ao casamento.....	403
145.5. Obrigações decorrentes de atos ilícitos.....	403
145.6. Bens de uso pessoal, livros e instrumentos.....	404
145.7. Proventos do trabalho pessoal.....	404
145.8. Pensões, meios-soldos, montepios e análogos.....	405
146. Acervo Comum	406
146.1. Título oneroso e superveniente ao casamento.....	406
146.2. Bens adquiridos por fato eventual.....	407
146.3. Doações, heranças e legados.....	407
146.4. Benfeitorias em bens particulares dos cônjuges	407
146.5. Frutos dos bens comuns ou particulares	408

147. Administração dos Bens Comuns	408
147.1. As dívidas	409
147.2. Outorga uxória	410
147.3. Malversação dos bens	410
147.4. Obrigações, encargos e despesas de interesse do casal	410
148. Administração dos Bens Particulares	411
CAPÍTULO 27 – REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	413
149. Generalidades	413
150. Natureza Jurídica	416
151. Disposições Legais	417
151.1. Advertência	417
151.2. Princípio fundamental	417
151.3. Bens excluídos da comunhão	417
151.3.1. Bens gravados com cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados	418
151.3.2. Fideicomisso	419
151.3.3. Dívidas anteriores ao casamento e exceções	419
151.3.4. Doações antenupciais entre nubentes com cláusula de incomunicabilidade	420
151.3.5. Outros bens	420
151.4. Frutos de bens excluídos da comunhão	420
151.5. Administração dos bens em comunhão	421
151.6. Dissolução da sociedade e partilha de bens	421
CAPÍTULO 28 – REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS	423
152. Noção Geral	423
153. Patrimônios Particulares	425
154. Apuração dos Aquestos	426
155. Cálculo Final	429
CAPÍTULO 29 – REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS	431
156. Generalidades	431
157. Disposições Legais	434
157.1. Administração e disposição de bens	435
157.2. Despesas do casal	436
158. Doação entre Cônjuges	437
CAPÍTULO 30 – USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES	439
159. Generalidades	439
160. Usufruto dos Bens Pertencentes aos Filhos Menores	440
160.1. O direito e seu fundamento	440
160.2. Bens excluídos do usufruto dos pais	443
160.2.1. Bens havidos antes do reconhecimento	443
160.2.2. Rendimentos de atividade profissional	444
160.2.3. Bens de herança ou doação com cláusula específica	444
160.2.4. Bens herdados por representação de pais excluídos	445
161. Administração	445
161.1. Considerações prévias	445
161.2. Atos que dependem de autorização judicial	445

CAPÍTULO 31 – ALIMENTOS	447
162. Generalidades.....	447
162.1. Conceito	447
162.2. Os filhos como beneficiários.....	447
162.3. O binômio necessidade-possibilidade.....	448
162.4. O vocábulo <i>alimentos</i>	449
162.5. A solidariedade como fundamento.....	450
162.6. A prisão civil	451
162.7. Gestão de negócios	452
163. Classificação	452
163.1. Quanto à natureza	452
163.2. Quanto à causa jurídica.....	453
163.3. Quanto à finalidade	454
163.4. Quanto ao tempo das prestações pleiteadas	455
164. Caracteres dos Alimentos.....	456
164.1. Irrenunciabilidade	456
164.2. Incredibilidade.....	458
164.3. Impenhorabilidade	458
164.4. Incompensabilidade	459
164.5. Transmissibilidade	459
164.6. Imprescritibilidade.....	461
164.7. Irrepetibilidade.....	461
164.8. Alternatividade da prestação.....	462
164.9. Divisibilidade.....	463
164.10. Reciprocidade	464
165. Disposições Legais.....	464
165.1. A relação alimentar	464
165.2. A mutabilidade da obrigação.....	465
165.3. Os alimentos entre parentes	466
165.4. Alimentos gravídicos	468
165.5. Alimentos entre cônjuges e companheiros.....	469
165.5.1. Casamento, união estável ou concubinato do credor	471
165.5.2. Ato de indignidade contra o devedor.....	472
165.5.3. Novo casamento do alimentante	472
165.6. Alimentos entre pessoas divorciadas	473
165.7. Alimentos de idosos	473
166. Ação de Alimentos	474
166.1. Rito especial.....	475
166.2. Cobrança de alimentos.....	476
CAPÍTULO 32 – BEM DE FAMÍLIA.....	477
167. Generalidades.....	477
168. Bem de Família <i>Voluntário</i>	478
168.1. Conceito	479
168.1.1. Objeto da proteção	479
168.1.2. Instituidores.....	481
168.1.3. Forma de instituição.....	481
168.1.4. Os beneficiários.....	483

168.1.5. Efeitos jurídicos	484
168.2. Extinção do bem de família	485
169. Bem de Família Legal	485
169.1. Conceito	485
169.2. O benefício	486
169.3. O beneficiário	486
169.4. Exceções à impenhorabilidade	487
169.4.1. Créditos trabalhistas e contribuições previdenciárias	487
169.4.2. Créditos de financiamento do imóvel ou de sua construção	487
169.4.3. Obrigação alimentar	488
169.4.4. Tributos pertinentes ao imóvel	488
169.4.5. Execução de hipoteca	488
169.4.6. Aquisição criminosa ou para execução de sentença penal	489
169.4.7. Fiança em contrato de locação	489
PARTE 4 – DA UNIÃO ESTÁVEL	491
CAPÍTULO 33 – UNIÃO ESTÁVEL	493
170. Considerações Prévias	493
171. Vínculos Extramatrimoniais em Roma	497
172. União Estável – Noção	498
172.1. Requisitos da união estável	498
172.1.1. Diversidade de sexos	500
172.1.2. Ausência de impedimento matrimonial	502
172.1.3. Convivência pública	503
172.1.4. Continuidade	503
172.1.5. Objetivo	504
172.2. Reconhecimento da entidade familiar	504
173. Deveres Recíprocos dos Companheiros	505
173.1. Lealdade	505
173.2. Respeito	506
173.3. Assistência	506
173.4. Guarda, sustento e educação dos filhos	506
174. Regime de Bens entre os Companheiros	507
175. Alimentos, Benefícios Previdenciários e Seguros Pessoais	511
175.1. Alimentos	511
175.2. Benefícios previdenciários e seguros pessoais	512
176. Sucessão Hereditária	513
177. Adoção	516
178. Conversão em Casamento	516
179. Concubinato	517
180. Contrato de Convivência	520
PARTE 5 – INSTITUTOS COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO	523
CAPÍTULO 34 – TUTELA	525
181. Considerações Prévias	525
182. A Tutela em Roma	526

183. Conselho de Família	527
184. Fato Gerador	527
185. Caracteres	528
185.1. Suprimento de incapacidade	528
185.2. Obrigatoriedade do <i>munus</i>	528
185.3. Função personalíssima do tutor	529
185.4. <i>Munus</i> temporário	529
185.5. Exclusividade	529
186. Nomeação de Tutor	529
186.1. Tutela testamentária	530
186.2. Tutela legítima	531
186.2.1. Ascendentes	531
186.2.2. Colaterais até o terceiro grau	531
186.3. Tutela dativa	532
186.3.1. Falta de tutor testamentário ou legítimo	532
186.3.2. Hipóteses de exclusão ou escusa	532
186.3.3. Remoção por inidoneidade	533
187. Disposições Especiais	533
187.1. Irmãos órfãos	533
187.2. Nomeação de curador especial	533
187.3. Tutela de menor abandonado	534
188. Nomeação a Termo ou Condicional	534
189. Incapacidade para o Exercício da Tutela	535
189.1. Pessoas impedidas de administrar seus bens	536
189.2. Oposição de interesses obrigacionais	536
189.3. Vedação por inimizade	536
189.4. Incapacidade por exclusão em testamento	536
189.5. Condenação por determinados crimes	537
189.6. Mau procedimento, improbidade e abuso em tutorias	537
189.7. Função pública incompatível	538
190. Escusa dos Tutores	538
190.1. Mulheres casadas	538
190.2. Maiores de sessenta anos	539
190.3. Encargos com mais de três filhos	539
190.4. Enfermidade incapacitante	540
190.5. Residência em local distante	540
190.6. Exercício de tutela ou curatela	540
190.7. Militares em serviço	540
190.8. Ausência de parentesco e prioridade na nomeação	541
190.9. Prazo de escusa e sua rejeição	541
191. Exercício da Tutela	541
191.1. Deveres do tutor quanto à pessoa do pupilo	541
191.2. Deveres do tutor quanto ao patrimônio do pupilo	542
191.3. Outras atribuições do tutor	543
191.3.1. Atos que independem de autorização	544
191.3.1.1. Representação ou assistência do menor	544
191.3.1.2. Recebimento de valores	544
191.3.1.3. Despesas necessárias	544

191.3.1.4. Alienação de bens destinados à venda	544
191.3.1.5. Arrendamento de bens de raiz.....	544
191.3.2. Atos que dependem de autorização.....	545
191.3.2.1. Pagamento de dívidas do menor	545
191.3.2.2. Aceitação de liberalidades.....	546
191.3.2.3. Transigir.....	546
191.3.2.4. Venda de bens móveis ou imóveis	546
191.3.2.5. Representação ou assistência em juízo	546
191.3.3. Vedações absolutas.....	547
191.3.3.1. Aquisição de bens do pupilo pelo tutor.....	547
191.3.3.2. Liberalidade com bens do pupilo.....	547
191.3.3.3. Aquisição de direitos contra o menor.....	547
191.4. Responsabilidade do juiz	547
192. Responsabilidade do Tutor.....	548
193. Remunerações do Tutor e do Protutor	549
194. Bens do Tutelado.....	550
194.1. Dinheiro	550
194.2. Valores em depósito bancário	550
195. Prestação de Contas	551
196. Cessação da Tutela.....	552
CAPÍTULO 35 – CURATELA.....	555
197. Generalidades.....	555
198. Direito Romano.....	557
199. Dos Interditos.....	558
199.1. Enfermidade ou doença mental.....	559
199.2. Incapacidade de expressão da vontade por causa duradoura	560
199.3. Deficiência mental, embriaguez habitual e toxicomania	561
199.4. Desenvolvimento mental incompleto	561
199.5. Prodigalidade	562
200. Iniciativa da Interdição	563
200.1. Legitimidade	563
200.2. Atuação do Ministério Público.....	564
201. Processo de Interdição	565
201.1. Defensor do interditando.....	565
201.2. O rito processual	565
201.3. Administração provisória	566
202. O Curador.....	567
202.1. Escolha.....	567
202.2. Impedimentos e escusas.....	567
202.3. Bens do curatelado.....	568
203. Curatela Prorrogada ou Extensiva	568
204. Curatela do Nascituro	568
205. Curatela sem Interdição	569
206. Exercício da Curatela	569
206.1. Generalidades.....	569
206.2. Curatela do pródigo.....	570
206.3. Isenção de prestação de contas	570

207. Recuperação e Reintegração da Capacidade.....	571
207.1. Recuperação.....	571
207.2. Reintegração da capacidade.....	571
Bibliografia	573
Índice Onomástico	583
Índice Alfabético de Assuntos.....	591